

A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NO NORTE DA ÁFRICA E ORIENTE MÉDIO PELA UNIÃO EUROPEIA E PELOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: DA PARCERIA EURO-MEDITERRÂNEA (1995) ÀS REVOLTAS POPULARES (2011).

AVANÇO DE INVESTIGAÇÃO EM CURSO

GT 14 – HEGEMONIA ESTADUNIDENSE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.

RAFAEL MANDAGARAN GALLO*

Resumo

A disseminação dos valores democráticos (ideias políticas) no sistema internacional é um elemento constituinte das políticas externas tanto dos Estados Unidos da América (EUA) quanto da União Europeia (UE). A promoção da democracia pelos EUA tem uma existência histórica maior – a partir do início da década de 1920. Já a promoção realizada pela UE começa nos anos 1990. Na perspectiva neogramsciana, a hegemonia de um Estado no sistema internacional baseia-se em três elementos: o poder material (econômico), a criação de organizações internacionais e a promoção de ideias (ideologia) fundamentais para a criação de consenso. Uma das regiões de promoção da democracia é o Norte da África e Oriente Médio. Analisar comparativamente a promoção da democracia dos EUA e da UE na em tal região abre à verificação da existência de uma hegemonia estadunidense no sistema internacional.

Palavras-chave: Promoção da Democracia no Norte da África e Oriente Médio; Hegemonia estadunidense; União Europeia.

1 – Promoção da Democracia pelos Estados Unidos da América e pela União Europeia: palavras iniciais.

Desde dezembro de 2010 até o momento presente, uma série de revoltas e protestos populares contra regimes autoritários¹ tem ocorrido nos países do Norte da África² e do Oriente Médio³. Essa “onda” de

* Graduado em Relações Internacionais, mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil e bolsista CAPES. Contato: ramand@uol.com.br; raf.mandg@gmail.com.

¹Os regimes políticos dos países da região são caracterizados como autocráticos, contrastando com o modelo democrático (GAUSE III, 2011).

² O evento inicial das revoltas na região ocorreu na Tunísia – a denominada *Revolução de Jasmin* tem como marco simbólico o ato de autoimolação do jovem Mohamed Bouazizi em 17 de dezembro de 2010. Tal ato iniciou uma série de protestos por parte da população tunisiana, culminando na renúncia do General Zine al-Abidine Ben Ali em Janeiro de 2011, que estava no poder há 24 anos. Os protestos no Egito têm início em Janeiro de 2011 culminando na deposição de seu chefe do Executivo, o Brigadeiro Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, no dia 25 do mesmo mês. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823_compound_ji.shtml. Acessado em 24 de Agosto de 2011. A Argélia e o Sudão são outros dois países onde também ocorreram protestos populares contra seus respectivos regimes políticos.

³É o caso da Síria, Jordânia, Iêmen e Bahrein. O caso da Síria, cuja revolta teve início em meados de março de 2011, tem merecido destaque já que a repressão dos protestantes tem sido uma das mais sangrentas, acreditando-se que mais de 1300 pessoas já tenham sido assassinadas pelo governo de Bassar Assad. *Irmão de Assad comanda repressão de rebeldes na Síria.* Gazeta do Povo, 08-06-2011. Disponível em:

desdobramentos tem sido denominada de Primavera Árabe⁴. A perspectiva de que essas transformações sejam indicadores de um processo inicial rumo à democratização⁵ toma corpo, já que o motor desses movimentos populares foi a luta contra o elemento característico dos regimes políticos árabes-muçulmanos: a persistência de líderes não democráticos⁶ (Gause III, 2011). Apesar da importância do papel das populações civis⁷, tanto do ponto de vista de sua capacidade de organização quanto de sua resistência armada em alguns casos (a Líbia e a Síria, por exemplo), deve-se levar em conta a relação desses eventos com o sistema internacional, marcado por relações de poder e interesses entre Estados e organizações internacionais governamentais (Gill, 2007; Barbé, 2007). Nesse sentido, merecem destaque as atuações no âmbito internacional tanto dos Estados Unidos da América (EUA) quanto da União Europeia (UE) (Pecequilo, 2005; 2009) (Gill & Law, 2007). Os EUA estabeleceram relações com os países do Norte da África e do Oriente Médio, segundo seus interesses econômicos e geopolíticos, principalmente a partir da segunda metade do século XX (Pecequilo, 2005). Uma das formas dessas relações foi a “promoção da democracia”⁸ a partir dos anos 1960. A União Europeia também fará a promoção dos valores democráticos na região, mas somente a partir do final da Guerra Fria⁹.

O caso estadunidense de promoção da democracia é mais antigo que o da União Europeia. Tem como marco simbólico inicial as palavras do presidente Woodrow Wilson (1913-1921) em seu discurso *Fourteen Points* ao Congresso sobre o papel dos Estados Unidos no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial¹⁰. Com o final da Segunda Guerra Mundial, inaugura-se a ordem mundial bipolar, onde a

www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmao-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria. Acesso em 10 de Agosto de 2011.

⁴ Esse processo tem se caracterizado como uma “onda” – à maneira pela qual Samuel Huntington descreveu os três momentos de democratização no mundo - que tem alterado a estagnação política, econômica e ideológica da região em um curto espaço de tempo (Behr, 2011, p. 5).

⁵ Um dos elementos definidores do regime democrático é a alternância da liderança política por meio de eleições competitivas, além do *primado da lei*, do *respeito aos direitos dos cidadãos* e do *controle e da fiscalização dos governos* (Moisés, 2010, p. 80).

⁶ No original, *undemocratic rulers*.

⁷ Anderson (2011) apresenta algumas diferenças entre a caracterização dos protestos. Na Tunísia, por exemplo, as revoltas ocorreram do interior do país para a capital, sendo caracterizadas pelo movimento dos trabalhadores que sempre sofreu repressão pelo regime autoritário. Já no Egito, o movimento foi organizado principalmente pela população urbana, jovem e cosmopolita. No caso líbio, grupos desorganizados armados das províncias orientais começaram a insurgência revelando clivagens regionais e tribais que prejudicam o país há décadas.

⁸ De acordo com Baracani (2010, p. 303) a “promoção da democracia” é a “dimensão internacional da democratização”, mas que tem que como foco a relação entre agentes externos e o contexto político doméstico. Na verdade se traduz como o encorajamento de uma reforma política na região pelos Estados Unidos e pela União Europeia por meio da instauração de valores e instituições democráticas (Schmid & Braizat, 2006, p. 4). Convém lembrar que a “promoção da democracia” é voltada para a reforma política das sociedades árabe-muçulmanas. No entanto, não se pode esquecer das contradições entre a “promoção das idéias democráticas” e práticas políticas, especialmente a dos EUA apoiando regimes políticos autoritários, principalmente na América Latina, como parte de sua política de contenção ao comunismo nas décadas de 1960 e 1970. Em especial, no tocante ao Oriente Médio e ao Norte da África, o interesse geoeconômico merece atenção já que a região se caracteriza como um dos principais pólos (se não, o principal) de produção petrolífera. A guerra do Golfo (1991) e guerra do Iraque (2003) são exemplos da contradição entre as ideias políticas promovidas (ideologia) com as práticas (Gallo, 2007).

⁹ No contexto histórico do pós-Guerra Fria a promoção da democracia está no centro da política externa dos Estados Unidos e da União Europeia (Baracani, 2010, p. 303).

¹⁰ Wilson definiu o papel estadunidense como “uma missão para a democracia (...) e fazer do mundo um lugar livre” (op.cit, p. 304). A perspectiva de promoção da democracia de forma idealista por Wilson foi denominada de *wilsonianismo* e, a partir de então, sempre tem aparecido – ao menos em sua forma retórica - na política externa dos Estados Unidos (Gallo, 2007).

promoção do regime democrático apresenta-se como dimensão da política da contenção¹¹. No entanto, a promoção da democracia apenas torna-se um objetivo central da política externa no governo de George H. W. Bush¹² (1989-1993) (Baracani, 2010). Com o final da Guerra Fria, o governo de William Clinton (1993-2001) lança a “doutrina do alargamento democrático”¹³. Com o governo republicano de George Walker Bush (2001-2009) a promoção da democracia, bem como sua política externa, tomam um caminho diferente da administração anterior em virtude dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001¹⁴. O governo “Bush filho” criou a *Broader Middle East and North Africa Initiative* (BMENA) - uma iniciativa que envolvia a cooperação internacional entre governos, sociedade civil e empresas para fortalecer a liberdade, a democracia e a prosperidade na região¹⁵, a *Middle East Partnership Initiative*¹⁶ (MEPI).

No tocante à União Europeia a promoção da democracia também é um componente de sua política externa, mas não um de seus elementos principais¹⁷. Em um primeiro momento, a promoção do regime democrático – necessidade de reforma política¹⁸ - limitou-se apenas aos países candidatos ao ingresso no bloco. Todavia, a UE percebeu que a necessidade de reforma política não poderia se dar apenas aos Estados candidatos à integração, mas também ao Norte da África e ao Oriente Médio, criando-se, em 1995, a *Euro-Mediterranean Partnership*¹⁹ (EUROMED ou EMP) ou *Parceria Euro-Mediterrânea*.

¹¹No governo de John F. Kennedy foi criada, em 1961, a *United States Agency for International Development* (USAID). Essa agência teve e tem como objetivo principal a assistência às nações no intuito de alcançarem os desenvolvimentos econômico e social (USAID, 2011). Convém lembrar que a USAID surgiu no contexto da Guerra Fria, onde a *política da contenção*, o segundo momento da política externa dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial (o primeiro seria a construção da *ordem internacional*) se caracterizava pela contenção da influência da União Soviética no mundo e pela manutenção da liderança estadunidense no mundo capitalista (Pecequillo, 2005); (Baracani, 2010) (Huber, 2008). O foco principal da USAID até então era a promoção do desenvolvimento econômico. É no governo de Ronald Reagan (1981-1989) que é criada a *National Endowment for Democracy* (NED) uma organização não-governamental com o objetivo de promover a democracia no exterior. A NED “representou o maior passo para o estabelecimento dos programas do EUA para a assistência à democracia” (Carothers *apud* Baracani, 2010, p. 305).

¹² Bush definiu a promoção da democracia como um dos três elementos fundamentais da política externa dos EUA (Schmid & Braizat, 2006).

¹³ Essa orientação foi institucionalizada com a criação da *USAID Democracy and Governance Unit* (Unidade de Democracia e Governança) em 1994 cujo objetivo era a promoção da democracia por meio de uma estratégia pragmática com vistas à consecução dos interesses dos EUA no sistema internacional (Huber, 2008).

¹⁴ Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 – os ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono - redefiniram alguns pontos da política externa estadunidense: a “guerra o terror” é o principal eixo retórico de um posicionamento unilateral no sistema internacional, rompendo com o discurso multilateral para o exercício da hegemonia no sistema internacional da administração anterior (Pecequillo, 2005). O impacto dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nas relações internacionais levou alguns autores a afirmarem a crise da hegemonia norte-americana no sistema internacional (Wallerstein, 2004; 2002), (Arrighi, 2007).

¹⁵ “From an idea of partnership to a growing reality, the Broader Middle East and North Africa (BMENA) Initiative represents genuine co-operation between the G8 and European nations and the governments, business and civil society of the region, in order to strengthen freedom, democracy and prosperity for all” (BMENA, 2011).

¹⁶ Tanto a BMENA quanto a MEPI são iniciativas inseridas no contexto do Departamento de Estado dos EUA. Destaca-se o papel da USAID como vetor de aplicação, por meio de seus programas, das medidas e estratégias criadas pela MEPI e BMENA. A literatura consultada não aponta nenhum parâmetro de continuidade ou descontinuidade da promoção da democracia no governo de Barack Obama (2009-2013). No entanto, a MEPI e a BMENA fazem parte do organograma do departamento chefiado por Hilary Clinton.

¹⁷ A política externa da União Europeia possui dimensões, onde algumas se sobrepõem às demais. A promoção da democracia aparece como uma dimensão não dominante (Keukeleire & Macnaughtan, 2008, p. 20).

¹⁸ A necessidade da reforma política – assim como a econômica - é um requisito relevante para o ingresso no bloco. Essas condições à integração fazem parte da política de alargamento (*enlargement policy*) da UE (Bieler, 2001).

¹⁹ A EMP (EUROMED) também é denominada Processo de Barcelona, um acordo firmado entre Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia, Cisjordânia e a Faixa de Gaza (Autoridade Palestina) com a União Europeia para cooperação político-econômica. Os acordos foram revistos em 2008, no intuito de tornar a parceria mais concreta e

Em 2004, as relações entre a UE e os países da parceria euro-mediterrânea foram redefinidas nos termos da *European Neighbourhood Policy*²⁰ (ENP) ou *Política Europeia de Vizinhaça*.

Com isso, faz-se necessário compreender de que forma a promoção da democracia – entendida enquanto prática política - na MENA²¹ (Norte da África e Oriente Médio) se relaciona com uma estrutura de poder internacional – uma ordem mundial - construída e liderada pelos Estados Unidos da América a partir da segunda metade do século XX até a contemporaneidade²².

Assim, a proposta de um estudo comparativo sobre os *modelos de democracia, objetivos e estratégias* (ou maneiras), empregados pela UE e pelos EUA, além da determinação de *países alvos*, possibilita a compreensão de processos que podem evidenciar em contextos locais relações de poder que podem caracterizar a existência de uma hegemonia estadunidense no sistema internacional. Tal constatação poderia se dar pelas semelhanças das “promoções da democracia”, indicando um “alinhamento consensual” europeu às práticas políticas estadunidenses.

2 - Hegemonia, ideias políticas e estrutura de poder internacional

A história das relações internacionais pode se caracterizar pelas configurações de poder que surgem, em um primeiro momento, com as relações entre Estados – o clássico ator das relações internacionais - e, em momento posterior, com o surgimento de outros agentes²³. Tais relações de poder acabam por estabelecer estruturas internacionais, caracterizando ou criando um sistema internacional: “entendemos que o sistema internacional está constituído por um conjunto de atores, cujas relações geram uma configuração de poder (estrutura) dentro da qual se produz uma rede complexa de interações (processos) de acordo com determinadas regras” (Barbé, 2007, p. 151).

Dessa forma, o sistema internacional – que não se restringe na contemporaneidade às relações interestatais – apresenta-se como um contexto histórico complexo, permeado de relações de poder e de interesses que criam estruturas e processos. Todavia, o Estado²⁴ permanece tendo uma centralidade à

efetiva, sendo renomeada para *União para o Mediterrâneo (Union for the Mediterranean)*. Novos países assinaram os acordos, como Albânia, Bósnia e Herzegovina e Croácia (EMP, 2011).

²⁰ A ENP foi anunciada como uma nova fase da parceria onde a promoção da democracia torna-se um objetivo fundamental (Schmid & Braizat, 2006, p. 10).

²¹ Do inglês *Middle East and North Africa*. Convém lembrar a importância geopolítica e econômica da região (Schmid & Braizat, 2006); (Ceceña, 2005).

²² A ordem pós-Muro de Berlim é caracterizada como a restauração da supremacia dos EUA no sistema internacional (Pecequillo, 2005). Merece destaque papel dos principais países europeus ocidentais (em especial, os membros da OCDE) de apoio a tal ordem, tanto no passado (Guerra Fria) quanto no presente (Augelli & Murphy, 2007).

²³ O marco inicial do objeto de estudo da disciplina de Relações Internacionais é o contexto da Paz de Vestfália (1648) evento caracterizado principalmente pelo reconhecimento da soberania dos Estados, culminando na concepção da arena internacional como “anárquica”. Assim, as relações internacionais eram caracterizadas apenas como relações interestatais.

²⁴ A concepção de Estado - como categoria de análise – varia de acordo com as diversas teorias da disciplina de Relações Internacionais: pode ser entendido como ator unitário racional ou como uma totalidade histórica que encerra processos de poder (Sarfati, 2005). Todavia, a partir da década de 1970, algumas teorias reconheceram outros agentes das relações internacionais, denominados de *atores transnacionais*: os movimentos da sociedade civil, as organizações não-governamentais (ONGs), as empresas transnacionais (ETNs) a opinião pública internacional entre outros (Keohane & Nye, 2001), (Barbé, 2007). É nesse período que surge uma vertente teórica da disciplina, a *teoria neogramsciana*, sendo caracteriza pela aplicação da teoria política de Antonio Gramsci (1891-1937) à análise da política internacional pelo cientista canadense Robert W. Cox. Cox afirma que as teorias das Relações Internacionais até então são limitadas para a compreensão do desenvolvimento das *forças sociais*, das *formas de Estado* e da *Estrutura da Economia Global* (Cox, 1986, p. 210). Com o objetivo de lançar as bases de uma Teoria Crítica da Ordem Mundial, Cox defende a centralidade do Estado no sistema internacional. No entanto, seu conceito de Estado é “ampliado”, já que se refere à relação entre Estado e Sociedade Civil (*State/civil society complex*) (Cox, 1986) (Cox, 2007). Essa concepção de Estado é herdada de Gramsci, fruto da união do aparato estatal (definido em termos funcional-burocráticos) e da Sociedade Civil pelo conceito de Hegemonia de Classe (Cox, 2007, p. 105). Dessa forma, as configurações de forças sociais, de classes, são fundamentais

análise das relações internacionais (Cox, 1986), já que alguns Estados possuem um papel de protagonistas no sistema internacional, pois estabelecem ou mantêm configurações de poder, criando estruturas de dominação (estruturas históricas) que indicam o um posicionamento de destaque no sistema internacional, o que pode ser denominado *hegemonia*. Segundo Cox (1986, p. 251) essa estrutura de dominação acaba

deixando em aberto a questão se o *poder dominante* é um *Estado* ou um *grupo de Estados* ou alguma combinação de *Estados e Poder Privado*, que por sua vez é sustentado ou mantido, geralmente por um *consenso* obtido por meio da aceitação de um *ideologia* e de *instituições* coerentes com essas estruturas. Então, uma estrutura hegemônica da Ordem Mundial é aquela na qual o poder tem, primeiramente, uma *forma consensual*, que se diferencia de uma ordem não-hegemônica na qual existem poderes rivais que se manifestam e não há poder que estabeleça a legitimidade de sua dominação²⁵.

Destaca-se o papel do *consenso* no estabelecimento de uma estrutura histórica hegemônica (ou uma Ordem Mundial) por parte de um Estado ou um grupo de Estados. Seguindo a perspectiva teórica neogramsciana, a existência de uma estrutura de poder internacional está relacionada com o *processo de produção*, além de outras duas dimensões que garantem essa configuração de *poder material*²⁶: as *ideias* ou “*imagem coletiva da Ordem Mundial dominante*” e o *conjunto das organizações internacionais* (Cox, 1986; 2007).

Dessa forma, sucessivos Estados têm criado, ao longo da história, Ordens Mundiais²⁷ que podem ser definidas como estruturas sociais convenientes aos interesses do Estado hegemônico, dependendo da sua capacidade de coerção, bem como ao consentimento generalizado – tanto a capacidade de criá-lo quanto o consentimento obtido - nos demais Estados que pouco ou nada se beneficiam dessa estrutura (Silva, 2005).

No intuito de compreender o sistema internacional na atualidade sob a perspectiva neogramsciana, o papel dos Estados Unidos merece destaque. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a era da hegemonia inglesa - a *pax britannica* – chega ao seu fim. O momento do entre guerras é definido por uma transição da Ordem Mundial. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos inaugura uma hegemonia no bloco ocidental pautada na sua força econômica, com sua ideologia do “mundo livre” – e, embutido nessa concepção está o regime democrático²⁸ - e com as

para a concepção de Estado e seu papel no contexto internacional. As contradições, elementos definidores da história como processo, fazem-se presentes na concepção coxiana, rompendo com um conceito de Estado racional e unitário. Assim, os desdobramentos históricos abrem-se à categoria analítica de contradição ou conflito permitindo a evidenciação das relações de poder (dominação) que se dão tanto no plano doméstico quanto internacional. Após a iniciativa teórica de Cox, outros autores dedicaram-se ao desenvolvimento da teoria neogramsciana das relações internacionais: Enrico Augelli, Craig Murphy, Stephen Gill entre outros.

²⁵Tradução livre do autor: “(...) leaving open the question of whether the dominant power is a state or a group of states or some combination of state and private power, which is sustained by broadly based consent through acceptance of an ideology and of institutions consistent with this structure. Thus a hegemonic structure of world order is one in which power takes a primarily consensual form, as distinguished from a nonhegemonic order in which there are manifestly rival powers and no power has been able to establish the legitimacy of its dominance”.

²⁶ As capacidades materiais “denotam não somente como qualquer sociedade se reproduz em sua base material, mas também como essa reprodução é planejada, antecipada” (Silva, 2005, p. 266).

²⁷ Um exemplo dessas ordens seriam a hegemonia holandesa (século XVI), a inglesa, a *pax britannica*, de 1845-1875 e a estadunidense, a *pax americana*, de 1945-1965, onde todas as três relacionadas como três formas hegemônicas do capitalismo histórico (Cox, 2007), (Arrighi, 2007).

²⁸Valores como liberdade, democracia e livre iniciativa definem esse “mundo livre”. Wallerstein (1995) define esses elementos como ideologia do liberalismo, na verdade uma *geocultura de legitimação do sistema capitalista*. No entanto, não se pode esquecer de que esses desdobramentos se caracterizam como anticomunistas em um primeiro momento, já que

instituições internacionais (Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial como exemplos):

Dissemos que, depois da Segunda Guerra Mundial, as classes dominantes dos Estados Unidos conseguiram formar um bloco histórico internacional e coerente: o do ‘mundo livre’, para usar o termo empregado com mais frequência por seus defensores. No centro deste bloco havia uma aliança hegemônica que incluía alguns elementos do trabalho nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as classes dominantes e as massas populares de grande parte do Terceiro Mundo dependente e, claro, as classes dominantes da Europa Ocidental e do Japão (Augelli; Murphy, 2007, p. 209).

Com o final da Guerra Fria, não há consenso na literatura consultada sobre a existência de uma ordem hegemônica estadunidense até a primeira década do século XXI²⁹. Arrighi (2007, p. 270) afirma a complexidade das redes entre as instituições garantidoras da supremacia dos EUA e seu contínuo aumento de autonomia, não só apenas entre elas, mas também entre os Estados e o próprio Estado hegemônico culminando em sua perda de supremacia ou hegemonia. Augelli e Murphy (2007, p. 208) afirmam que existiu o processo de reconstrução da hegemonia estadunidense, com início nos anos 1980, em virtude das crises econômicas³⁰ dos anos 1970. Os anos 1990 caracterizam-se como uma nova estrutura internacional de poder por meio “do restabelecimento da relação ética anterior entre as classes dominantes norte-americanas e as classes dominantes da Europa Ocidental e do Japão” (Augelli & Murphy, 2007, p. 208-9).

No entanto, independente da situação de consenso sobre a existência de uma estrutura histórica sobre a liderança dos Estados Unidos na contemporaneidade, nota-se que o papel da Europa foi relevante para a criação e manutenção da ordem hegemônica estadunidense nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, pois relações de cooperação entre os países foram estabelecidas, principalmente, sob os auspícios do plano Marshall³¹. Dessa forma, o bloco ocidental da Europa possui uma história relacionada com a hegemonia estadunidense do pós-guerra³².

É nesse contexto que a ideia de integração europeia toma corpo. Alguns movimentos europeus ocorridos nos fins da década de 1940 e início da de 1950 concretizam o ideal da integração³³. O projeto

se tem com a Guerra Fria a oposição ou antagonismo ideológico entre o “mundo livre” (capitalista) e o “não-livre” representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Cuba após a revolução de 1959, a China Popular após a revolução cultural entre outros.

²⁹ Cox (2007), Wallerstein (2004) são outros exemplos de opiniões contrárias à existência de uma hegemonia estadunidense nos anos 2000. Cox (2007, p. 116) afirma que de 1965-1980 foi um período marcado pela inexistência de uma posição estadunidense hegemônica.

³⁰ Os autores citam a estagflação da economia dos EUA na década de 1970: “as classes dominantes dos Estados Unidos não conseguiram mais oferecer a incrível prosperidade dos anos do pós-guerra” (Augelli & Murphy, 2007, p. 209). Como especificação desse período, pode-se citar o fato dos EUA estavam ficando falidos devido à escalada (*escalate*) da Guerra do Vietnam (até 1975) e a crise de legitimidade dos governos republicanos.

³¹ O Plano de reconstrução dos países europeus após a Segunda Guerra Mundial. Merece destaque a recuperação das economias europeias. Convém lembrar que esse plano foi desenvolvido sob a égide da OCDE, na época, OCEE.

³² A cooperação ou aliança atlântica é a marca desse período, onde a Europa Ocidental participou ativamente cooperando e mantendo a hegemonia estadunidense. No pós-Guerra Fria, a cooperação se renovou em torno de três acordos de firmados ao longo da década de 1990: a *Declaração Transatlântica* (1990), a *Nova Agenda Transatlântica* (1995) e o *Acordo de Parceria Econômica Transatlântica* (1998).

³³ Os movimentos foram: a criação da Liga Europeia para a Cooperação Econômica (Junho de 1946), o Programa de Hertenstein dos Federalistas Europeus (Setembro de 1946), criação da União dos Federalistas Europeus (Dezembro de 1946), Comitê Europeu Unificado (patrocinado por Winston Churchill, Janeiro de 1947), a União Europeia de Parlamentares (Setembro de 1947), a realização do 1º Congresso de Haia pela Unidade Europeia (Maio de 1948), criação do Conselho Alemão do Movimento Europeu (Maio de 1949) e a criação do Colégio da Europa (Setembro de 1949) (Martins,

da União Europeia é concluído em 1993, a partir especialmente do Tratado de Maastricht (1992), dando origem à união econômica e monetária tal como a conhecemos hoje. A característica fundamental do modelo integrativo da UE é seu caráter *supranacional*, com a sua transferência de soberania e competências entre seus Estados-membros (Kegel, 2009, p. 246).

No entanto, a relação da Europa com os EUA também é marcado por uma autonomia (além da dependência), especialmente no contexto a partir de 1989, como descreve Pecequilo (2009, p. 110)

Preservando o internacionalismo multilateral e acentuando a retórica da unidade euro-atlântica, de 1989 a 2000, os EUA e a Europa Ocidental apresentaram uma relação cooperativa, pontuada por disputas econômicas e tensões político-estratégicas. O auge da aproximação deu-se entre 1990/91 com a operação Tempestade no Deserto no Iraque, comandada pelos EUA via Nações Unidas (ONU), e que contou com forte apoio europeu visando rechaçar a invasão do Kuwait por Saddam Hussein. Esta impressão de igualdade rapidamente se dissiparia, sendo simbolizada pela permanência da OTAN como principal instrumento de poder militar na Europa.

As disputas entre UE e os EUA ocorridas durante os anos 1990 foram dissipadas pelos ataques de 11 de Setembro de 2001, já que a Europa e toda a comunidade internacional apoiaram os EUA diante da ameaça terrorista, dando suporte, à *Guerra Global ao Terror*, ou simplesmente à *Doutrina Bush*³⁴. (Pecequilo, 2009, p. 113)

Dessa forma, a “promoção da democracia” pode ser entendida como evidência da importância das ideias – em especial, as políticas – no contexto internacional segundo a perspectiva neogramsciana. Merece destaque a promoção do regime democrático realizada pelos EUA ao longo do século XX e início do XXI, em especial por seu *status* de supremacia no sistema internacional.

Contudo, a promoção da democracia não é exclusividade da política externa dos EUA: a União Europeia interiorizou a necessidade de reforma política por meio da implantação de um regime democrático no contexto externo, em especial, no Norte da África e no Oriente Médio (além dos países candidatos ao ingresso no bloco). Assim, com comparar o conteúdo, as estratégias e países-alvos, tendo por marco histórico inicial a criação da Parceria Euro-Mediterrânea (EMP) em 1995 até 2011, pode indicar a existência de uma estrutura hegemônica estadunidense – ou o resquício de um bloco histórico (Cox, 2007) - já que não há uma dependência – imediata ao menos - entre as políticas externas dos EUA e da UE (Pecequilo, 2005).

Referências

Anderson, L. *Desmystifying Arab Spring: Parsing the Differences Between Tunisia, Egypt, and Libya*. *ForeignAffairs*, Maio/Junho de 2011;

Arrighi, G. *As três hegemonias do capitalismo histórico. Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 227-273;

2009, p.189). Convém lembrar que o modelo da integração europeu remonta à Comunidade do Carvão e do Aço, criada em 1951 pela Itália, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, França e Luxemburgo. A formação do bloco regional europeu acabou determinando o modelo de integração, definido por quatro etapas: i) zona de livre comércio, ii) união aduaneira, iii) mercado comum e iv) união econômica e monetária. A União Europeia surge com a assinatura pelo Tratado de Maastricht em 7 de fevereiro de 1992. Um aspecto que merece destaque é a base ideológica da integração, pautada no *pacifismo inerente ao cosmopolitismo kantiano* presente na obra *À Paz Perpétua*, de Kant (Habermas, 2001).

³⁴ “Doutrina Bush” foi a denominação dada ao *National Security Strategy* (Estratégia de Segurança Nacional) de Setembro de 2002, o documento que lançou as diretrizes da política externa dos EUA após os atentados, onde a “Guerra ao Terror” e a “Promoção da Democracia” eram alguns dos principais temas (NSS, 2002).

- Augelli, E & Murphy, C. Gramsci e as Relações Internacionais: uma perspectiva geral com exemplos da política recente dos Estados Unidos no terceiro mundo. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 201-226;
- Baracani, E. U.S and EU Strategies for Promoting Democracy. *The Foreign Policy of the European Union: assessing Europe's role in the world*. Washington: Brookings Institution Press, 2010, p. 303-318;
- Barbé, E. *Relaciones Internacionales*. 3 ed. Madrid: Tecnos, 2007;
- Behr, T. *Hard choices: the EU's options in a changing Middle East*. Helsinki: Finnish Institute of International Affairs, 2011;
- Bieler, A. The struggle over EU enlargement: a historical materialist analysis of European integration. *Journal of European Public Policy*, 9:4, Agosto de 2002, p. 575-597;
- Broader Middle East and North Africa Initiative*. Departamento de Estado dos EUA, 2011. Disponível em: <http://bmena.state.gov/>. Acessado em Agosto de 2011;
- Brown, G. W. The European Union and Kant's Idea of Cosmopolitan Right: Why the EU is not a Kantian Cosmopolitan Federation. *International Sociology Association Conference Paper*, 2010;
- Ceceña, A. E. La Batalla de Afganistán. *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 167-188;
- Cox, R. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 101-123;
- Cox, R. *Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory. Neorealism and its critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986, p. 204-254;
- Cox, R. *Production, power and world order: social forces in the making of history*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1987;
- Euro-Mediterranean Partnership*. 2011. Disponível em: www.eeas.europa.eu/euromed/index_en.htm. Acesso em Abril de 2011;
- Gallo, R. M. *Política Externa e Ideologia: a contradição entre a "missão civilizatória" estadunidense para a invasão do Iraque de 2003 e seus fundamentos liberais políticos*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: Florianópolis, UFSC, 2007;
- Gause III, F. G. Why Middle East studies missed the Arab Spring: the myth of authoritarian stability. *Foreign Affairs*. Julho/Agosto de 2011;
- Gill, S & Law, D. Hegemonia global e o poder estrutural do capital. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007, p. 157-197;
- Habermas, J. *A Constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001;
- Huber, D. Democracy assistance in the Middle East and North Africa: a comparison of US and EU policies. *Mediterranean Politics*. V. 13:1, 2008, p. 43-62;
- Irmão de Assad comanda repressão de rebeldes na Síria*. Gazeta do Povo, 08-06-2011. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br/m/conteudo.phtml?tl=1&id=1134914&tit=Irmao-de-Assad-comanda-repressao-a-rebeldes-na-Siria. Acesso em 10 de Agosto de 2011;

- Kegel, P. L. Estado e condicionantes constitucionais nos processos de integração regional. *Brasil-União Europeia-América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 244-266;
- Keohane, R. & Nye, J. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman, 2001;
- Keukeleire, S & Macnaughtan, J. *The Foreign Policy of the European Union*. Londres: Palgrave-Macmillan, 2008;
- Martins, E. C. de R. Representação, legitimidade, cultura e identidade: Estados, governos e sociedades nos processos de parceria entre blocos. *Brasil - União Europeia - América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 180-204;
- Silva, M. A. M. Teoria Crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, Julho/Dezembro de 2005, p. 249-282;
- Middle East Partnership Initiative*. Departamento de Estado dos EUA, 2011. Disponível em: <http://mepi.state.gov>. Acessado em Agosto de 2011;
- Moisés, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010, p. 77-121;
- National Security Strategy of the United States of America (NSS)*. Setembro de 2002;
- Pecequillo, C. S. *A política externa dos Estados Unidos*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005;
- Pecequillo, C. S. Através do Atlântico: convergências ou rivalidades? *Brasil-União Europeia-América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 108-124;
- Rebeldes entram em quartel-general de Khadafi dizem testemunhas*. BBC Brasil, 23 de Agosto de 2011. Disponível em: www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110823_compound_ji.shtml. Acessado em 24 de Agosto de 2011;
- Schmid, D. & Braizat, F. *The Adaptation of EU and US Programmes to the local political context in Jordan and Palestine and their relevance to grand geopolitical designs*. EuromescoPaper, n. 50, 2006;
- United States Agency for International Development (USAID)*. 2011. Disponível em: www.usaid.gov/. Acessado em Abril de 2011;
- Vizentini, P. & Wiesebron, M. *Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006;
- Wallerstein, I. *Após o liberalismo: a busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2002;
- Wallerstein, I. As agonias do liberalismo: as esperanças para progresso. *O mundo depois da queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 31-50;
- Wallerstein, I. *Declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004;
- Wallerstein, I. M. *European Universalism: the Rhetoric of Power*. New York: New Press, 2006;
- Wallerstein, I. M. *Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991;
- Youngs, R & Gillespie, R. *The European Union and Democracy Promotion: the case of North Africa*. Londres: Frank Cass, s/d;

Youngs, R. *El Proceso de Barcelona, diez años después: ¿Un modelo para afianzarla reforma árabe?* Madrid: FRIDE, 2005;

Youngs, R. *Misunderstanding the maladies of liberal democracy promotion.* Madrid: FRIDE, 2010.